

# A crise e os seus ensinamentos

11 MAR 1984

O ano recém-fimido trouxe-me uma recordação muito grata: 50 anos atrás, em 1933, assumi oficialmente a direção da Casa Bancária Moreira Salles & Cia., tendo nela trabalhado desde 1930, quando da grande depressão. Assisti à crise dos anos 60 e assisto agora a dos anos 80. De todos esses momentos difíceis saímos fortalecidos e crescendo sempre.

É natural que durante tantos anos de atividade profissional não tivéssemos somente sucessos.

Só aqueles que nada fazem e que nada ousam escapam a decepções e a erros.

O importante e primordial em nossa profissão é que não sejamos culpados de levandade ou falta de ética profissional. Isto jamais ocorreu. Isto jamais ocorrerá.

Com a experiência acumulada em mais de 50 anos de trabalho nesta área, pois que, mesmo na vida pública, as funções que exerci foram sempre, ou quase sempre, relacionadas com a vida bancária e financeira do País, ousou temerariamente fazer algumas considerações sobre a situação do Brasil e sobre a atividade que exercemos.

A primeira observação é de que as crises, com todas as suas incertezas, fazem parte da evolução da vida. É preciso, portanto, não confundir os fatos com fatalidade. Na essência das coisas, a crise é um momento particular em que uma situação esgotada exige a sua transformação ou reorganização. A crise aparece, então, como uma fase através da qual o sistema tenta novo esforço de restauração e aperfeiçoamento de sua estrutura. Longe de ser anomalia, a crise é um evento necessário e não uma ruptura do crescimento anterior, mas seu prolongamento inevitável. Ela tem como que uma função de restituição da ordem.

O que a atual crise tem de específico é que parece ser muito ampla em suas consequências. Não é apenas econômica. Estão em jogo valores que devem ser aperfeiçoados, tais como segurança coletiva e individual, modo de representação da opinião pública — inclusive a representação política —, enfim, formas democráticas de exercício do poder político. É necessário assegurar as melhores condições para elaborar a nova ordem e as condições de sua implantação. Caso contrário, seria a negativa da possibilidade de o sistema reorganizar-se pelo aperfeiçoamento. Não queremos a mudança radical da sociedade, frase hoje corrente, mas correções de rumo da sociedade democrática.

A falta de serenidade na análise da problemática nacional perturba a correta visão da penosa, mas não desesperadora, realidade brasileira. Faz-nos esquecer do valor patrimonial da ação desta empresa — o Brasil — de que todos somos acionistas. Tudo isso criou, a meu ver, de tempos a esta parte, uma falsa consciência de fracasso irreversível pelo qual seria responsável o sistema de produção, distribuição e acumulação de riquezas, que, pelo menos teoricamente, ainda nos rege.

Não seria este o momento de arrolar as meias-verdades, os falsos pressupostos, as generalizações propositalmente ambíguas, as deturpações éticas e os rodeios com os fatos históricos e com os atuais, que as ideologias burocrático-totalitárias de todos os matizes assacam a livre-empresa e seu sistema de acumulação de capital, numa sociedade politicamente organizada com base na aquisição, na posse e no domínio legais da propriedade privada.

As experiências destes tempos demonstram que a aventura burocrático-totalitária, o reformismo estatizante, faliu em termos de propiciar maior liberdade individual, de estimular a maior capacidade produtiva e a própria criatividade, desencorajando o investimento privado e, em termos reais, empobrecendo a classe média e os trabalhadores. Em todas essas experiências sócio-políticas de coletivização ou estatização de amplos setores da produção de bens e serviços, a penalização da renda individual foi acompanhada da limitação ou perda de liberdades primárias; ou, por outras palavras, do decréscimo da capacidade efetiva, por parte do indivíduo, de dispor do fruto do seu trabalho e da sua poupança.

Nesta época de transições críticas, que engendram expectativas mais sombrias quanto à evolução do comportamento sócio-econômico do Brasil, o vazio histórico — e histórico porque tão antigo quanto a Humanidade — de buscar-se a causa mais responsável, o fator de culpa, se tem frequentemente exercido com facilidade infantil para singularizar e apontar à execração pública a figura do homem de negócios, do empresário e do banqueiro; talvez mais especialmente a do banqueiro. Essa facilidade com que se desfigura o papel do intermediário financeiro é, ademais, insuflada — e perversamente fertilizada — com vistas a promover a ecloração do mal-estar social, da desconfiança nas instituições genuinamente democráticas; e parece ter como objetivo final, através da instauração da confusão ideológica, destruí-las, primeiro de fato, depois de direito.

A arrecadação impositiva que se exerce sobre a atividade econômico-financeira só deveria crescer — excetuadas as situações de mal maior previstas no documento constitucional — em função do desenvolvimento dessas atividades, e não utilizar a elevação do tributo, em termos absolutos, para fazer uma renda fiscal estimada necessária ainda quando o valor real do todo tributável decaiu. Nessa circunstância, o imposto é recessivo e, por via de consequência, inflacionário. Como recessivo é, parece-me, a regulamentação que reduz a disponibilidade do banqueiro a um percentual diminuto do total de recursos que tem sob sua guarda. Sua capacidade de iniciativa

e de empreendimento vê-se artificialmente diminuída, e quase reduzido seu papel a de um intermediário comissionado para recolher do público disponibilidades cujo destino já se predeterminou.

O desconhecimento generalizado desses constrangimentos que cerceiam a atividade precípua do sistema bancário privado na economia brasileira, cuja performance estatizante agravou os males que sofremos com a recessão mundial, não entram em linha de juízo, nem sequer de exame perfunctório, quando, com a ligeireza que é a própria característica da má informação, se levantam, contra o banco e o banqueiro brasileiro para culpá-los dos males do milênio.

A predisposição para a figuração caricatural do banqueiro aumenta nas épocas em que as massas sociais se defrontam com a diminuição ou perda do seu poder aquisitivo. O processo de fixação de culpa o apresenta como suposto espoliador de recursos. Trata-se, evidentemente, de uma simples esquematização do arsenal de preconceitos que atribui uma mesquinhez intrínseca a uma das funções sócio-econômicas que mais contribuíram para possibilitar o surgimento da civilização moderna. Pois é indiscutível que o Banco, o provimento de capital e o avanço científico-tecnológico estão na raiz do movimento ocidental que terminou por suceder o anterior sistema multissecular de organização social.

A ética liberal, tanto a de inspiração religiosa quanto a de filiação agnóstica, sempre buscou limitar o comportamento do poder financeiro e impedir que se tornasse um poder sobre o Estado, em vez de ser, como deve, um instrumento que o Estado utiliza para consecução de seu fim precípua desenvolvimento e progresso social. No pensamento liberal sempre estiveram presentes aquelas limitações e esses objetivos, justamente por seu horror ao arbítrio e à vocação do poder destituído dos controles legais. Limitada também deve ser a concentração do poder econômico e financeiro em mãos do Estado, que traria, como decorrência lógica, a alienação da liberdade individual e coletiva. E provou-se que liberdade e propriedade privada são pedras do mesmo alicerce social: não viverá um sem o outro.

Tudo faz crer que, apesar do caminho extremamente difícil que ainda tem pela frente, a abertura política desfraldada pelo governo nos leve a instaurar a autêntica democracia a que o Brasil aspira. As correções já feitas e outras a fazer na rota político-institucional contribuirão para eliminar as distorções existentes no campo econômico-financeiro. Como, muito de acordo com a índole brasileira, refluiu o arbítrio e restabeleceram-se as liberdades públicas essenciais, é de se supor que a brisa liberal venha também a beneficiar a atividade econômico-financeira, hoje peada pela regulamentação excessiva, pelo inesperado de cargas tributárias, acuada pelo gigantismo do monopólio estatal, pela desconfiança que se procura incutir na opinião pública a respeito do papel social do empresário e do banqueiro, pelo preconceito contra o lucro, a priori suposto desonesto.

Certo, a demagogia pode muito. Mas não pode muito por muito tempo; e seu período de vida, queira Deus, se está esgotando. Fecha-se um ciclo histórico na vida brasileira, um ciclo que nasceu necessário e promissor, e cujos desvirtuamentos, erros e acertos, as gerações futuras, com melhor perspectiva, julgarão mais isentadamente do que nós.

É provável que armem, ainda, em todos os foros públicos e privados, tentativas de desvirtuar a vocação manifestada desta Nação, cujo traço marcante é o sentimento otimista de viver.

Mesmo no fosso das frustrações, a sociedade brasileira confrontada tantas vezes com intenção subversiva e maliciosa, com seus erros, com suas contradições, com seu crescimento atabalhoado, com seus desnivelamentos, com a aspereza — ainda não domada — de ecologias regionais, nunca perdeu a confiança em sua virtualidade e na viabilidade do País. Destruir esse capital de otimismo intrínseco à alma nacional pelo meio do massacre propagandístico dos erros (muitos, infelizmente muitos) que se acumularam e se cristalizaram na crise atual, e incutir o desânimo, será, no mínimo, crime de lesa-pátria. A proposta de correção de rumos, de modernização de estruturas, de integração na vida sócio-política desses milhões de brasileiros que gravitam em sua periferia, a mudança na sociedade, como disse antes, não se coaduna com planejamentos rígidos nos quais a definição do bem-estar e da satisfação social seja uma prerrogativa do Estado.

Tenho esperanças de que o processo de aprimoramento a que estamos atualmente submetidos possa inspirar alguns princípios de razão prática, moderação e senso de medida, não que nos governem e nos que venham a nos governar.

Parece-me que neste momento, os bancos não podem ignorar os fatos políticos, os problemas sociais (tão relevantes), e devem evitar ou minimizar os inevitáveis da conjuntura econômica, procurando prever, para abreviá-los ou superá-los.

Embora pouco compreendidos, reforcemos a confiança nos destinos do Brasil, procurando suplantir dificuldades e continuando a contribuir para construção de futuro justo e produtivo para seu povo.

Meu otimismo muitas vezes esteve à prova, e duramente. Nunca, porém, me abandonou. Na minha idade, já posso concluir que nos demos bem.

**WALTHER MOREIRA SALLES**  
Presidente do Conselho de Administração do Unibanco.